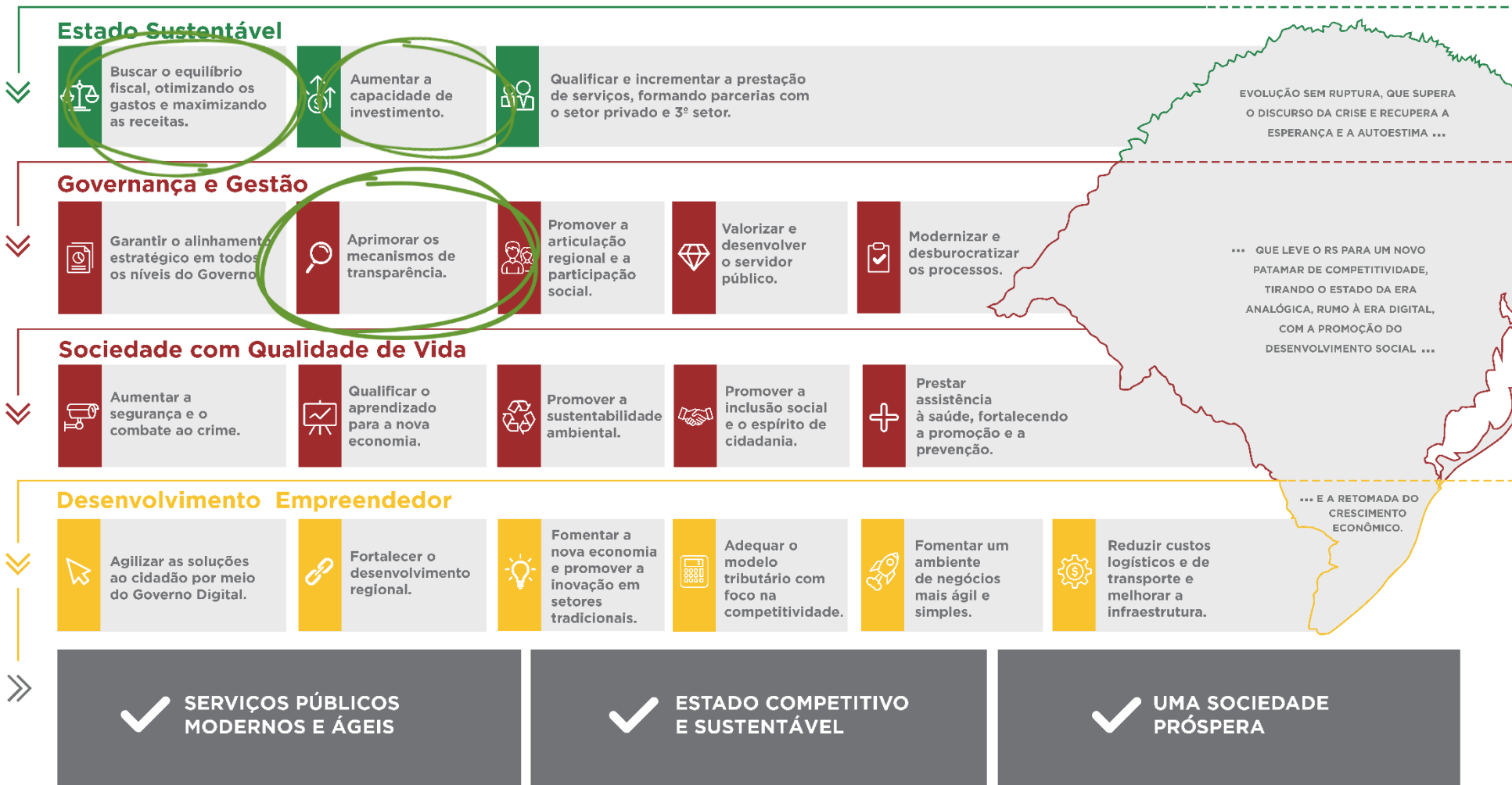




RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

// DATA BASE: AGOSTO DE 2021 // EDIÇÃO 6

Mapa Estratégico do Governo



Apresentação

O que é o RTF?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.

Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- Valores nominais, exceto quando expressamente qualificado

Critérios de depuração dos dados

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios
- Receitas e despesas intra-orçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)

Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.

Valores:

- Excluídas receitas intra-orçamentárias: R\$ 10,1 bilhões (2Q21) e R\$ 10,8 bilhões (2Q20)
- Excluídas despesas intra-orçamentárias: R\$ 10,5 bilhões (2Q21) e R\$ 10,9 bilhões (2Q20)

Destques Janeiro a Agosto 2021 (2Q21)

Resultados positivos resultam:

- das reformas estruturais de 2019-2021;
 - do rígido controle de despesas;
 - das mudanças na Receita Estadual; e
 - da recuperação da atividade econômica doméstica
- **Superávit orçamentário** de R\$ 1,7 bilhões (2Q21) vs *déficit* de R\$ 753 milhões (2Q20)
 - **Superávit primário** de R\$ 4,0 bilhões (2Q21) vs *superávit* de R\$ 1,1 bi (2Q20)

- **Receita Tributária Líquida** cresceu 31,4%: efeito da recuperação econômica e da privatização da CEEE-D
- **Queda nominal de 0,3% das Despesas de Pessoal**, com economia de R\$ 58 milhões sobre 2020 (R\$ 544 milhões vs 2Q19)
- Redução do **déficit previdenciário** em R\$ 597 milhões vs 2Q20 (R\$ 1,4 bilhão vs 2Q19)
- Crescimento de 9,6% (+ R\$ 380 mi) nas **Despesas com Saúde**: priorização no enfrentamento da pandemia
- Crescimento de 69% no **Investimento*** (+R\$ 146 mi), dos quais 72% com recursos próprios
- **Indicador de dívida LRF abaixo de 200% pela 1ª vez**
- **Indicador de pessoal LRF (STN) 14 pontos abaixo de 2018**
- **Dívida do SIAC reduzida em R\$ 2,4 bilhões em relação a 2018**

* excluídos os efeitos extraordinários da privatização da CEEE-D nos Investimentos.



Resultados comprovam que RS segue rumo à retomada da sustentabilidade fiscal

Receita Total Efetiva

As Receitas
Correntes
correspondem a

99%

da Receita Total
Efetiva do RS.

R\$ 35,5 bilhões
Receita Total Efetiva no 2Q21

+ R\$ 6,5 bilhões
Incremento vs 2Q20

+22,4%
Crescimento nominal

Receita Total
Efetiva no 2Q20:
R\$ 29,0 bilhões

Recuperação econômica
e CEEE-D (+ R\$ 2,4
bilhões) explicam
crescimento de dois
dígitos no 2Q21



* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a Receita Total soma R\$ 45,6 bilhões

Receita Total Efetiva

Valores em R\$ milhões	2Q21	2Q20	Δ (R\$)	Δ%
1. RECEITAS CORRENTES	35.344	28.811	6.533	22,68%
Tributos Próprios, Líquidos dos Repasses aos Municípios e ao FUNDEB	23.470	17.860	+5.610	+31,41%
Transferências Correntes Líquidas (FPE, FUNDEB, CIDE, IPI EXPORTAÇÃO)	6.783	7.313	-530	-7,25%
Contribuições (Servidores – IPE PREV e SAÚDE)	3.219	2.706	+513	+18,96%
Demais Correntes (Patrimoniais e Outras)	1.872	932	+940	+100,86%
2. RECEITAS DE CAPITAL	145	177	-32	-18,08%
3. RECEITA TOTAL EFETIVA	35.488	28.987	6.501	22,43%



Receita Tributária Líquida cresceu 31,4% (+R\$ 5,6 bi), repercutindo a retomada das atividades econômicas e efeitos contábeis da privatização da CEEE-D

* 22,8% excluídos os efeitos da privatização da CEEE-D.

- RS tem elevada autonomia financeira: **Receita Tributária Líquida** corresponde a 66% da RTE
- **Transferências Correntes Líquidas:** queda de 7,25% com fim, em 2020, dos repasses extraordinários da União para enfrentamento da Covid-19 e mitigação dos efeitos financeiros. Efeito parcialmente compensado pela elevação de recursos do FUNDEB (+R\$ 920 mi) e FPE (+R\$ 314 mi)

- Crescimento das **Contribuições dos servidores** (+19,0%)
- + 440 milhões na **Receita Patrimonial** vs 2Q20: JCP quitados por Barrisul, Corsan e Sulgás

Receita Tributária

Recuperação da atividade econômica impulsionou a arrecadação de ICMS

Operação prévia à venda da CEEE-D gerou registro contábil extra

R\$ 31,2 bilhões

ICMS bruto cresceu 39,6%

R\$ 28,5 bilhões

ICMS bruto sem aporte CEEE cresceu 28,3%

R\$ 2,3 bilhões

IPVA bruto cresceu 7,0%

R\$ 575 milhões

ITCMD cresceu 76,7%

2Q20

- ICMS: R\$ 22,3 bi
- IPVA: R\$ 2,1 bi
- ITCMD: R\$ 325 mi

Receita Corrente Líquida (RCL)

Variação da RCL explicada por:

- Recuperação econômica
- Nova metodologia de apuração da RCL desde jan-2021 (+ R\$ 1,9 bi de IRRF na RCL)
- CEEE-D (+ R\$ 2,5 bi extras em julho na RCL)

R\$ 51,1 bilhões
Acumulado em 12M até ago-21

+25,5%
Crescimento vs 2Q20

RCL no 2Q20:
R\$ 40,7 bilhões

Alteração metodológica na apuração da RCL: IRRF incidente sobre a folha de pagamento passa a ser incluído a partir de jan-2021



RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Despesa Total Efetiva

Gastos no 2Q21 foram impactados pelos efeitos da privatização da CEEE-D



Despesa em 2Q20:
R\$ 29,6 bilhões

Crescimento de 2,0%
vs 2Q20 (+597
milhões) excluindo as
despesas relacionadas
à privatização da
CEEE-D



* incluindo recursos intraorçamentários, a Despesa Total soma R\$ 43,8 bilhões.



Despesa Total Efetiva

Valores em R\$ milhões	2Q21	2Q20	Δ (R\$)	Δ %
1. DESPESAS CORRENTES	28.602	28.263	339	1,20%
Pessoal e Encargos	19.846	19.904	-58	-0,29%
Juros e Encargos da Dívida	1.603	1.742	-139	-7,98%
ODC – Obrigatórias	5.686	5.324	362	6,80%
ODC - Contingenciável	1.467	1.293	174	13,46%
2. DESPESAS DE CAPITAL	4.715 (*)	1.368	3.347	244,66%
3. DESPESA TOTAL EFETIVA	33.316 (*)	29.631	3.685	12,44%

* excluídos os efeitos extraordinários de R\$ 3,1 bilhões por conta da privatização da CEEE-D.

- **Gasto de Pessoal**, a maior parcela das Despesas Correntes, caiu 0,3%.
- **Gastos com Saúde** (R\$ 4,3 bi) continuam priorizados: +R\$ 380 milhões (+9,6%) vs 2Q20.

- **Custeio Contingenciável** (+ R\$ 174 milhões): corresponde a somente 4,4% das DTE (custeio e programas livres).
- Variação nas **Despesas de Capital (+244%)** reflete efeitos extraordinários da CEEE-D (+ **R\$ 3,1 bi**).

Despesa de Pessoal

O que explica a desaceleração?

- Reformas administrativa e previdenciária
- Sem reajustes desde 2019
- Queda nos gastos judiciais de pessoal (Precatórios e RPVs)

R\$ 19,8 bilhões
Gastos com Despesa de Pessoal no 2Q21

-R\$ 58 milhões
Queda vs 2Q20

-0,3%
Queda vs 2Q20

Despesa em 2Q20:
R\$ 19,9 bilhões

Queda real das Despesas com Pessoal reverte uma tendência de crescimento de anos



Previdência – Fundo Financeiro

Déficit previdenciário é financiado pelo Tesouro

- Receitas: R\$ 4,9 bilhões
- Despesas: R\$ 11,3 bilhões previdenciários e R\$ 277 milhões administrativas
- Despesas com aposentadorias e pensões estáveis vs 2Q20

R\$ 6,6 bilhões
Déficit do Fundo Financeiro

-R\$ 597 milhões
Queda vs 2Q20

-8,27%
Queda vs 2Q20

- Déficit em 2Q20: **R\$ 7,2 bilhões**
- Déficit em 2Q19: **R\$ 8,0 bilhões**

Queda de R\$ 597 milhões no *déficit* reflete os efeitos da reforma da previdência gaúcha: elevação das contribuições de servidores e patronal



Crescimento nas contribuições de servidores para o Fundo Financeiro + reflexo na contribuição patronal + despesas congeladas = redução dos aportes do Tesouro para o déficit

Investimentos e Inversões Financeiras*

- Crescimento de 69% vs 2Q20
- 72% com recursos próprios
- Aumento de investimentos na construção e conservação de rodovias

Mesmo com alto comprometimento com despesas obrigatórias, que limita a capacidade de investimentos, Estado conseguiu elevar recursos em 2Q21

R\$ 358 milhões



2021

R\$ 212 milhões



2020

- Outros Poderes e Órgãos Autônomos
- Executivo: operações de crédito, transferências obrigatórias e convênios
- Executivo: recursos próprios, tesouro livres e vinculados

* exclui as despesas relacionadas à privatização da CEEE-D.

Resultado Orçamentário

Superávit :

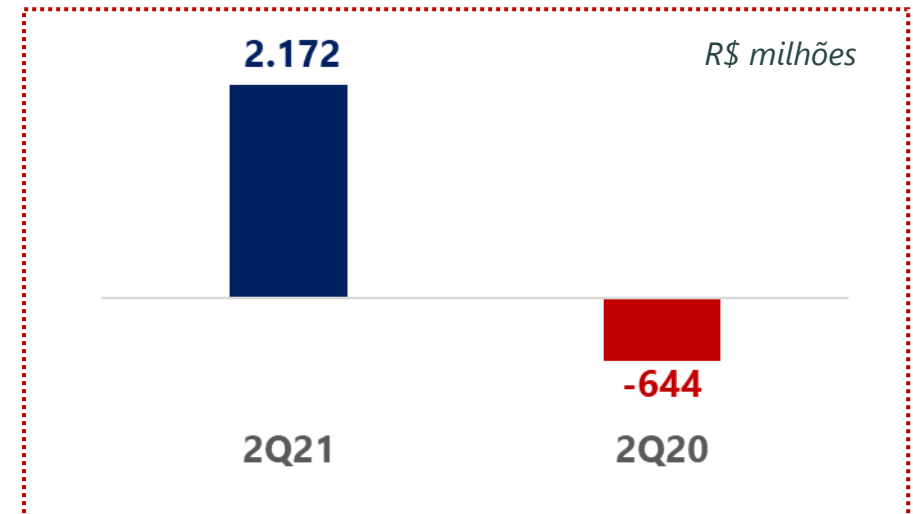
Efetivo R\$ 2,2 bilhões

Total R\$ 1,7 bilhões



Déficit efetivo no 2Q20: **R\$ 644 milhões**

Resultado Orçamentário Efetivo



Resultado reflete os efeitos:

- das reformas estruturais aprovadas em 2019-2021;
- das mudanças na Receita Estadual;
- do rígido controle de despesas;
- da recuperação da atividade econômica, repercutindo positivamente no ICMS

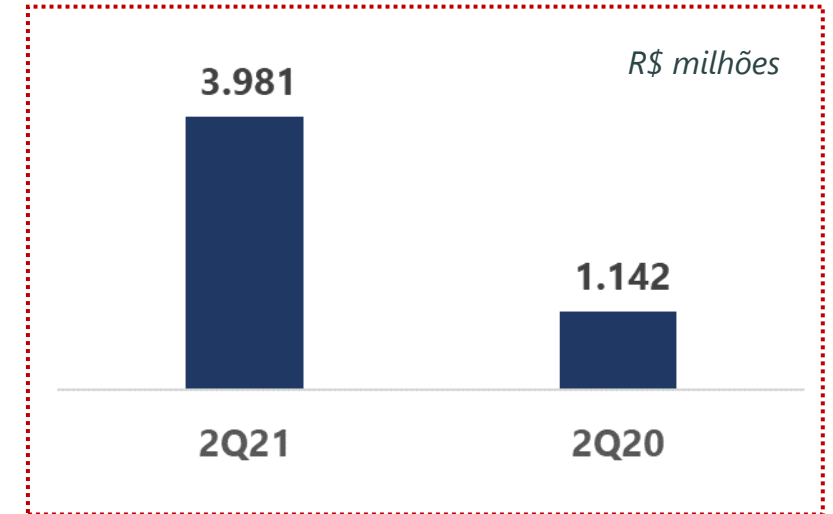
Resultado Primário

Superávit de

R\$ 4,0 bilhões



2Q20 registrou *superávit* de R\$ 1,1 bilhão



Receita Primária
(-) Despesa Primária

Resultado Primário


Receita Total (-) Receitas Financeiras

Despesa Total (-) Despesas Financeiras

Parcelas da Dívida com a União

Pagamento está suspenso desde agosto de 2017, por força de liminar concedida pelo ministro do STF Marco Aurélio.

Saldos não pagos à União somaram R\$ 2,3 bilhões no 2Q21 e já acumulam R\$ 13,4 bilhões em ago-21.



R\$ 2,3 bilhões

Pagamento suspenso da **Dívida com a União** no 2Q21



Essa despesa continua sendo empenhada. Excluindo esse montante, o *superávit* de R\$ 2,2 bilhões do Resultado Orçamentário Efetivo aumentaria para R\$ 4,5 bilhões em 2021.

Efeitos da privatização da CEEE-D

A privatização da CEEE-D exigiu o equacionamento de passivos da cia:

- quitação de parte da dívida de ICMS da CEEE-D;
- transferência para o Estado da folha de pagamento dos servidores ex-autárquicos, com o devido ressarcimento

...repercutindo nos resultados fiscais

Indicadores ajustados

(em R\$ milhões ou em %)	2Q21	2Q21* ajustado
Resultado Orçamentário Total	1.713	2.432
Resultado Orçamentário Efetivo	2.172	2.891
Receita Corrente Líquida (12 meses)	51.088	48.559
Aplicação em Educação (% RLIT)	24,23%	25,96%
Aplicação em Saúde (% RLIT)	9,90%	10,60%
Limite LRF Dívida (DCL/RCL)	183,65%	193,21%
Limite LRF Desp. Pessoal Poder Executivo (TCE)	40,53%	42,64%
Limite LRF Desp. Pessoal Todos os Poderes (TCE)	47,57%	50,04%
Limite LRF Desp. Pessoal Poder Executivo (STN)	44,36%	46,90%
Limite LRF Desp. Pessoal Todos os Poderes (STN)	52,36%	55,36%

* Expurga efeitos da CEEE-D

Expurgando efeitos CEEE-D

Limites da LRF:

- Abaixo do limite de endividamento de 200%;
- Abaixo dos limites máximo e prudencial para a despesa com pessoal;
- Sob o critério STN, apenas o Executivo ficaria acima do prudencial

Mesmo expurgando os efeitos extraordinários da CEEE-D, os principais indicadores apresentam significativa melhora sobre 2Q20





LIMITES DA LRF

Despesa de Pessoal

Nova metodologia de apuração da Despesa de Pessoal e RCL vigente a partir de jan-21 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL):

- inclusão dos pensionistas e do IRRF no cálculo do limite de pessoal da LRF

RCL impactada também pela CEEE-D (+R\$ 2,5 bi)

Poder Executivo

40,53%

Abaixo do limite prudencial (46,55%).

O percentual ficou em 44,24% em 2Q20

Todos os Poderes

47,57%

Abaixo do limite prudencial (57,0%).

O percentual ficou em 52,04% em 2Q20

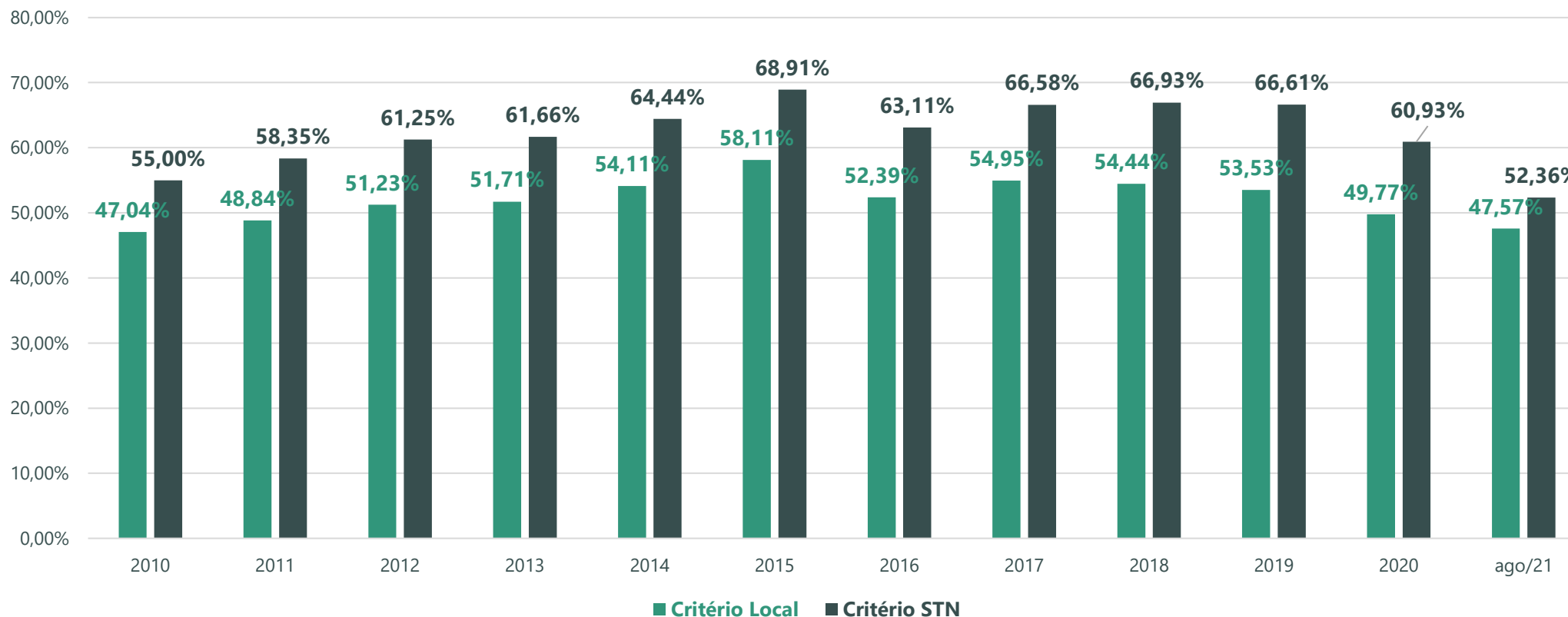


Considerando os critérios federais, o Estado também ficou abaixo do prudencial:

- Poder Executivo: 44,36% (prudencial de 46,55%)
- Consolidado dos Poderes: 52,36% (prudencial de 57%)

Despesa de Pessoal - histórico

Indicador de Despesas de Pessoal LRF (% da RCL) - Consolidado Todos os Poderes
(limite máximo de 60%, prudencial de 57%)



OBS: em 2016, a venda da folha ao Banrisul aumentou muito a RCL (receita patrimonial extraordinária).

OBS 2: a partir de janeiro de 2021, os indicadores passaram a incluir os inativos e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109.

Dívida consolidada líquida (DCL)

Endividamento líquido apresentou melhora, explicada pela variação da $RCL_{ajustada}$ (+25,7%) superior à variação da Dívida Consolidada Líquida (+0,2%)

Nova metodologia da $RCL_{ajustada}$ impacta o indicador de endividamento (DCL/ $RCL_{ajustada}$)

RCL impactada também pela CEEE-D (+R\$ 2,5 bi)

183,65%

-46,7 p.p. vs 2Q20

230,34%
em 2Q20

193,21%

Sem o efeito da capitalização da CEEE

199,03%

Critério STN e sem o efeito da capitalização da CEEE



Primeira vez, desde a edição da LRF, em 2000, que o indicador de dívida do Estado situou-se abaixo de 200%

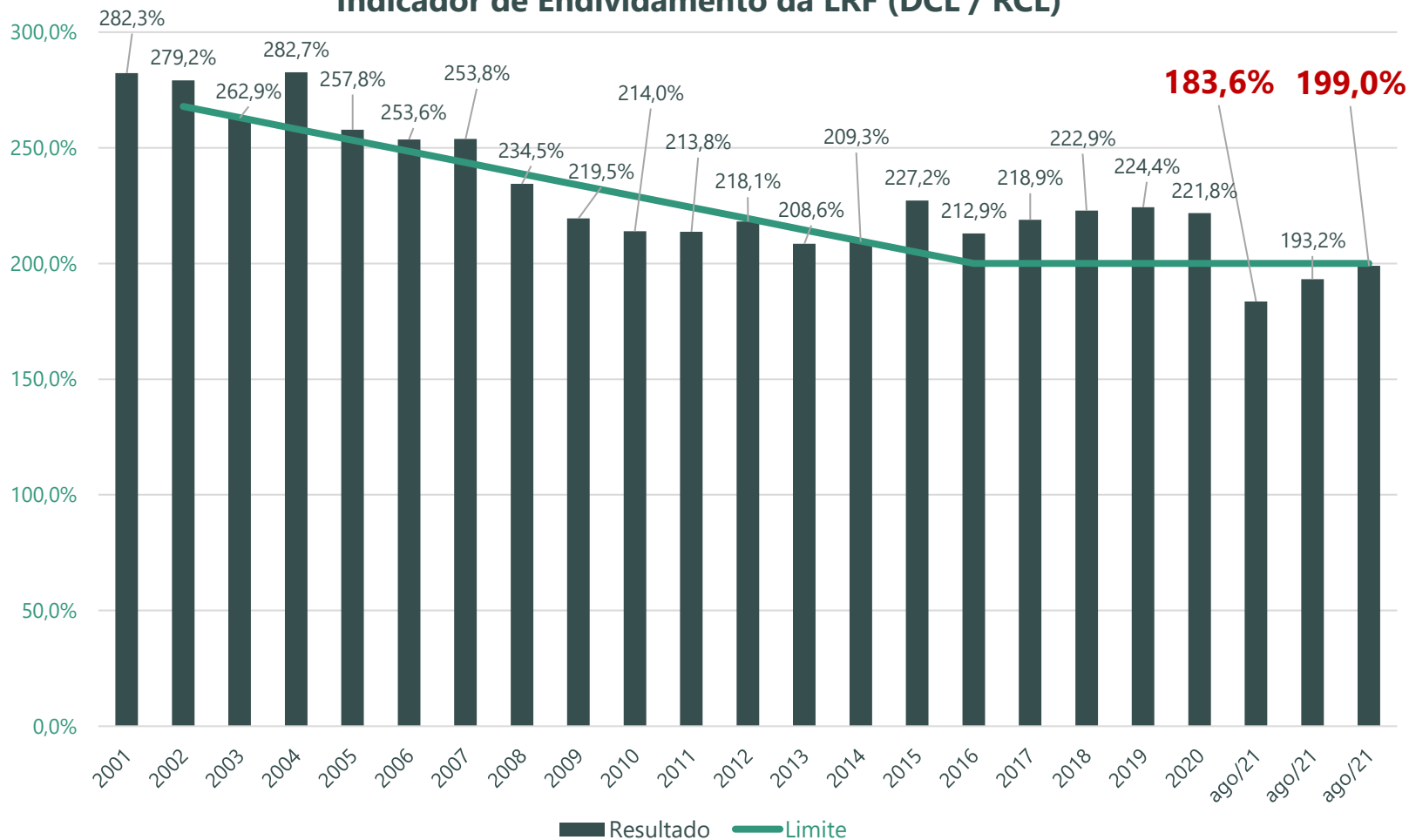


Dívida consolidada líquida (DCL) - histórico



9,68%

Indicador de Endividamento da LRF (DCL / RCL)



Agosto de 2021 =

183,65%
(publicado) //

193,21%
(retirando
capitalização
da CEEE) //

199,03% sem
capitalização
da CEEE e
com critério
STN em
despesa de
pessoal

Pela primeira vez desde a edição da LRF, o Estado apresenta limite abaixo de 200% (183,65%).

No padrão de cálculo da STN e retirando o efeito contábil da capitalização da CEEE, o indicador fica em 199,03%.





PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS



Dívida Consolidada Líquida

Estoque ficou estável
(+0,2%) vs 2Q20.

- Depreciação do USD
- Queda na taxa Libor
- Atualização monetária da dívida com a União foi negativa

União

R\$ 70,2 Bi

Pagamentos estão suspensos desde ago-2017

Bancos Federais

R\$ 1,3 Bi

BB, BNDES e CEF

Organismos Externos

R\$ 10,2 Bi

BID e Banco Mundial

Outros Passivos

Paralelamente à melhoria dos pagamentos, o Tesouro vem reduzindo os saldos de passivos usados como financiamentos precários dos déficits no passado.

- **RESTOS A PAGAR:** até 2Q21 foram pagos R\$ 3,1 bilhões de Restos a Pagar, incluindo Salários (apenas 13º salário/2020) e Outras Despesas. Valores em queda dada maior pontualidade na quitação do fluxo de pagamento
- **PRECATÓRIOS:** Estado segue depositando 1,5% da RCL. Prazo final de quitação foi estendido para 2029 pela EC 109
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** sem novos saques, saldo em aberto permanece estável. Recursos não sacados próximos a 15% do estoque
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO*:** R\$ 585 milhões abaixo de 3Q20. Saldo de R\$ 5,9 bilhões, o que representa **queda de R\$ 2,4 bilhões sobre a dívida de R\$ 8,26 bilhões em dezembro de 2018**

*excluindo depósitos judiciais



Obrigado!